



O LUGAR DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA SALA DE AULA: EXPERIÊNCIAS DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS NA ESCOLA E.M.E.F. PROFESSORA OSMARINA ANDRADE DOS SANTOS, NA LOCALIDADE DE PACAJÁ/CAMETÁ-PA¹

Neusângela de Assis Varela;

Graduanda em Pedagogia

Universidade Federal do Pará/Campus Cametá

neusangela94@gmail.com

Rosinélio Rodrigues da Trindade

Mestre em Estudos Linguísticos – UFPA

Universidade Federal do Pará/Campus Cametá

rosinélio@ufpa.br

RESUMO

O presente estudo busca refletir sobre o ensino de língua portuguesa e suas variedades no contexto escola, mais especificamente na sala de aula. Utilizou-se como fundamentação teórica os seguintes autores: Antunes (2003), Possenti (1996), dentre outros. A metodologia foi a Pesquisa de campo de base qualitativa, utilizando uma entrevista semiestruturada e o caderno de campo. O *locus* do estudo é a escola E.M.E.F. Professora Osmarina Andrade dos Santos na localidade de Pacajá, Cametá-PA. O foco da pesquisa consiste em compreender que “lugar” o ensino da variedade padrão ocupa na aula de língua portuguesa em contraste à variedade não padrão, utilizada na comunidade entorno. Os resultados demonstram as representações que alunos e professores constroem sobre a variedade linguística idealizada no currículo escolar e a variedade que utilizam em seu cotidiano têm papel fundamental para a construção da identidade do ser humano.

Palavras-Chave: Ensino-aprendizagem da língua portuguesa. Variedade linguística. Ensino de gramática.

INTRODUÇÃO

A cidade de Cametá situada no estado do Pará, apresenta uma diversidade cultural bastante particularizada, desdobrando-se em um amplo acervo de histórias locais, lendas regionais, músicas, artesanato e especificamente uma variedade linguística própria, onde tudo isso é refletido e vivido nas escolas do município como um todo, mas principalmente nas escolas dos interiores do município, como é o caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Osmarina Andrade dos Santos, situada na localidade de Pacajá, (*locus* de estudo) do município de Cametá-PA, onde funcionam a Educação Infantil e Ensino Fundamental Maior e Menor, nos turnos matutino e vespertino. A escola supracitada foi escolhida para que fosse realizada essa pesquisa nas aulas de português pela oportunidade que se observou em conhecer a variação linguística que existe

¹ Projeto de pesquisa (em andamento) iniciado na disciplina Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino da Língua Portuguesa, no curso de Pedagogia (Campus da UFPA/Cametá).



de forma intensa nessa localidade e valorizá-la ainda mais, não deixando de lado a importância do estudo da variedade padrão da língua portuguesa.

A iniciativa de pesquisar sobre esse assunto nesta escola do meio rural/ribeirinho, do município de Cametá-PA, surgiu para compreender que “lugar” o ensino da variedade padrão ocupa na aula de português em contraste à variedade não padrão, utilizada na comunidade entorno, bem como levantar dados que possam demonstrar as representações que alunos e professores constroem sobre a variedade linguística idealizada no currículo escolar e a variedade que utilizam em seu dia a dia. Na tentativa de buscar resultados que possam satisfazer o objetivo proposto optou-se pela pesquisa de campo de base qualitativa, na medida em que envolve a obtenção de dados descritivos e interpretativos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada (a sala de aula). Como recurso de geração de dados, por horas, utilizou-se a entrevista semiestruturada e o caderno de campo.

DESENVOLVIMENTO

Com base na fundamentação teórica utilizada para a construção desta pesquisa, existem dois equívocos a respeito do ensino da língua padrão nas escolas: o primeiro é o preconceito de que alunos de realidades menos favorecidas não conseguem aprender a norma culta; e o segundo se baseia no pensamento de que o ensino da língua portuguesa servirá apenas como requisito para avaliação escolar, contribuindo em nada para a formação humana desses alunos. Assim sendo, esta pesquisa vem em oposição a duas outras teses – que defendem que a função da escola não é ensinar o português padrão –, a de natureza político-cultural e a de natureza cognitiva, onde Possenti (1996), explica:

A tese de natureza político-social diz basicamente que é uma violência, ou uma injustiça, impor a um grupo social os valores de outro. [...] O equívoco, aqui, parece-me, é o de não perceber que os menos favorecidos socialmente só têm a ganhar com o domínio de outra forma de falar e de escrever. [...] o outro equívoco, o de natureza cognitiva, consiste em imaginar que cada falante ou cada grupo de falantes só pode aprender e falar um dialeto (ou uma língua).

Mediante a isso, Possenti (1996, p.17), afirma que “o objetivo da escola é ensinar o português padrão, ou, talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido”. E para que essas condições de aprendizagem sejam concretizadas é preciso que os professores tentem



mudar suas metodologias de ensino da língua padrão. Santos, Riche e Teixeira (2013, p. 16) afirmam:

Assim, quando se defende uma abordagem textual, entra em questão, o uso de textos como unidade de ensino, e não como mero pretexto para destacar dígrafos, substantivos abstratos ou sujeitos, por exemplo. Textos artificiais ou em formato de frases soltas, que frequentemente viamos em cartilhas, como “Ivo viu a uva” ou “Vovô viu a vovó”, não colaboram para a percepção linguística dos alunos, nem para sua formação como leitores. Exemplos assim representam, na verdade pseudotextos, já que estão decontextualizados, sem uma situação real na qual possam ser usados como elementos de interação. São meras atividades de “leitura”, provavelmente para treinar a escrita e sílabas ou palavras com determinado fonema, sem formar um todo significativo.

Diante disso, Antunes (2003, p. 31), reforça que esse tipo de ensino da língua portuguesa é “uma gramática, fragmentada, de frases inventadas, da palavra e da frase isoladas, sem sujeitos interlocutores, sem contexto, sem função: frases feitas para servir de lição, para virar exercício;”. Assim, essa autora mostra que teoria e prática são fundamentais de forma análogas. Também é possível concluir que os professores precisam compreender, o mais rápido possível, que esses dois itens estão integrados, e que um depende do outro para desenvolver trabalhos, na escrita, na leitura, nas aulas de gramática e nas percepções que os alunos (principalmente) têm sobre a língua, para que seja provável uma atividade com um vínculo entre o ensino do português e o ensino da língua.

Com base nisso, foram realizadas observações nas aulas de português, na escola em questão, na turma do 4º ano do ensino fundamental com alunos entre 9 e 12 anos de idade, turno matutino – contendo 22 alunos matriculados, embora 2 alunos recebam as aulas em domicílio por possuírem necessidades especiais e a escola não possuir transporte adequado para a locomoção dos mesmos –, com o intuito de perceber como as aulas de português eram ministradas e como o uso da língua materna é usada, tanto na fala quanto no processo de ensino pelo professor.

O professor tem formação nos cursos de Letras – Habilitação em Língua Portuguesa e Pedagogia, pela Universidade Federal do Pará, e é estudante de pós-graduação em Letramento. Por intermédio das observações em suas aulas, foi possível notar que ele deixa a turma à vontade para participar das aulas, chamando os alunos para irem ao quadro e responderem às suas perguntas, sendo que os estudantes participavam de maneira espontânea. O mais importante, foi perceber que o professor, em suas conversações com os alunos usa o dialeto não padrão, fazendo com que os alunos, de forma indireta, concluam que seu linguajar não é uma ramificação defeituosa da língua padrão, mas sim uma variação linguística que deve ser preservada, valorizada e usada na escola,



pois assim como a língua padrão deve ser ensinada na escola, a língua não padrão não deve sofrer supressão por parte dos professores e nem de ninguém, pois segundo Possenti (1996), esse tipo de pensamento, de que quanto menos valor (isto é, prestígio), têm os falantes na escala social, menos valor tem o dialeto que falam, é uma avaliação feita do ponto de vista social hegemônico culto, e não passa de um equívoco, porque o que há são línguas diferentes.

Já na explicação do assunto, o educador utiliza a língua padrão e suas regras gramaticais, conforme deve ser repassado, todavia, ele emprega exemplos com frases da realidade rural/ribeirinha dos alunos, possibilitando um maior envolvimento da turma com a aula, fazendo com que a disciplina de português tenha significado e influência na formação humana das crianças, onde é notável a compreensão de frases com palavras a parte da condição deles. Foi perguntado às crianças, se elas gostavam de estudar português e se o professor era bom, elas responderam que “sim” para as duas indagações. Também lhes foi solicitado falar a respeito da diferença entre a língua falada no dia a dia e a que eles estudam, eles disseram que há diferença, porém a que eles usam corriqueiramente não está errada, mas é importante estudarem o assunto que o professor ensina. A mesma resposta foi obtida do professor, que também defende a interligação das duas variantes, onde uma é baseada na outra. Perguntou-se se os alunos encontravam significado para suas vidas nas aulas de português, e responderam que “sim”, pois os exemplos são próximos de sua realidade. Desta maneira, isso nos possibilita concluir que as distinções entre os dialetos populares e os dialetos padrões (ou cultos), são ligados mais à avaliação que a sociedade tem destes do que à complexidade gramatical dos mesmos, isto é, não há dialetos mais simples ou mais complexos do que outros (POSSENTI, 1996, p. 28).

CONCLUSÃO

Nesse sentido é válido ressaltar que, esse distanciamento entre o ensino de língua materna não padrão e o ensino da variedade padrão deve ser extinguido das salas de aula, principalmente na disciplina de Português, afim de que não haja exclusão dos grupos vindos de classes sociais com menos “prestígios” em detrimento de grupos advindos de um contexto social mais favorecido, do ponto de vista econômico. Antunes (2003, p.97), afirma também que “o estudo da gramática deve ser estimulante, desafiador, instigante, de maneira que se desfaça essa ideia errônea de que estudar língua é, inevitavelmente, uma tarefa desinteressante, penosa e, quase sempre, adversa”, uma vez que a maioria dos professores dão suas aulas de português de forma mecanizada e sem significação. Para que isso não ocorra, é necessário que essas duas variações sejam valorizadas de forma



equivalente, visando a plena formação de todos os alunos – tanto da zona urbana como da zona rural/ribeirinha –, em conformidade com a possibilidade da ampliação do campo de conhecimentos acerca da leitura e produção de textos, para que assim a língua materna seja de fato estudada e compreendida por essa nova geração, assim como acontece no *locus* de estudo dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS.

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação.** São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BARZOTTO, Valdir Heitor; ARAGUTE, Tânia Aiko. O falante, o professor e o ensino de língua portuguesa. In: ZOZZOLI, R. M e OLIVEIRA, M. B. (org). **Leitura, escrita e ensino.** Maceió: Edufal, 2008.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996. (Coleção Leituras no Brasil).

SANTOS, Leonor Werneck; RICHE, Rosa Cuba; TEIXEIRA, Claudia Souza. **Análise e produção de textos.** – 1ª ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013. (Coleção linguagem & ensino / coordenação Vanda Maria Elias).